

PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM CAMINHO PARA A QUALIDADE SOCIAL NA EDUCAÇÃO

MARIA DA GRAÇA GIORDANO DE MARCOS CRESCENTI AULICINO
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS
maria.graca.aulicino@unisantos.br

DENISE REGINA DA COSTA AGUIAR
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS
deniseaguiar@unisantos.br

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

No contexto brasileiro, historicamente atravessado por acentuadas desigualdades sociais, observa-se que parcela significativa de crianças e adolescentes em processo de desenvolvimento tem seus direitos fundamentais comprometidos, particularmente no âmbito educacional, em virtude da insuficiência de condições que assegurem a qualidade social da educação. As fragilidades das políticas de apoio aos estudantes e à persistência de discriminações associadas à raça, ao gênero e a outros marcadores sociais, impactam negativamente a própria concepção de qualidade do ensino em sua dimensão social.

Sob esse enfoque, a noção de qualidade educacional ultrapassa a mensuração do rendimento acadêmico, incorporando a provisão de participação democrática que favoreça a formação integral dos sujeitos.

Nessa direção, o problema de pesquisa concentra-se na tensão inerente à implementação de políticas públicas capazes de instituir práticas dialógicas efetivas entre sujeitos e instituições, orientadas à formação de indivíduos críticos e autônomos.

Diante do exposto, esta pesquisa tem por objetivo examinar de que forma a prática dialógica, fundamentada na perspectiva freireana, se efetiva no contexto do Conselho Escolar e em que medida contribui para a promoção da qualidade social da educação.



DESENVOLVIMENTO

A presente pesquisa apoia-se em determinados pressupostos teóricos, dentre os quais, Paro (2012), ao compreender a gestão democrática como elemento essencial para a efetivação da qualidade da educação.

Partindo da compreensão de que a gestão democrática se configura como uma prática alicerçada na atuação ativa dos sujeitos envolvidos no processo educativo, torna-se imprescindível problematizar o conceito de participação como dimensão central para a consolidação da formação cidadã. Nessa perspectiva, a participação ultrapassa sua condição de instrumento técnico de gestão, assumindo o caráter de processo formativo que favorece o exercício da cidadania, o fortalecimento da corresponsabilização e o desenvolvimento da consciência crítica dos indivíduos no contexto social e educacional.

Segundo Bordenave (2013), a participação deve ser entendida como uma necessidade humana de caráter universal, na medida em que se encontra intrinsecamente vinculada à natureza social do indivíduo. Desse modo, a participação não se restringe à condição de direito formal, mas se constitui como expressão da existência coletiva, bem como meio de realização pessoal e comunitária.

Em diálogo com essa perspectiva, Licínio Lima (2009) sustenta que a democracia no contexto escolar se concretiza por meio da participação efetiva dos sujeitos, do reconhecimento do conflito como dimensão legítima, da valorização da pluralidade de vozes e da construção da autonomia coletiva nos processos decisórios.

A discussão também se articula às contribuições de Santos (2003), que propõe o alargamento da democracia com base na valorização de saberes plurais, no fortalecimento de práticas participativas e na incorporação de experiências contra-hegemônicas.

Para discutir o conceito de qualidade da educação, recorre-se às análises de Dourado (2007), o qual sustenta uma concepção ampliada de qualidade educacional, articulada à promoção da igualdade de oportunidades e ao fortalecimento da escola pública enquanto espaço de inclusão, democracia e emancipação. O autor problematiza os riscos associados à mercantilização da educação e à disseminação de uma cultura de



performatividade, na qual a qualidade tende a ser reduzida ao alcance de metas e indicadores de desempenho.

Em contraposição a essa lógica, propõe uma abordagem que valoriza a participação social, a construção coletiva dos projetos pedagógicos e o reconhecimento da diversidade.

Por fim, sob uma perspectiva histórica crítica, Freire (1987) constitui referencial para a análise das formas de controle exercidas sobre os sujeitos da educação, evidenciando como tais dinâmicas podem reforçar desigualdades sociais no contexto brasileiro e dificultar a construção de processos que promovam uma educação de qualidade.

O estudo adota como metodologia a pesquisa qualitativa de caráter multimétodos (Minayo; Costa, 2018), compreendido na presente investigação a adoção de distintas estratégias de coleta de dados, incluindo entrevistas (com os membros do Conselho Escolar de duas escolas públicas) e análise documental (atas das reuniões do Conselho Escolar dos anos de 2022 a 2024), articuladas à revisão bibliográfica.

A análise de conteúdo foi desenvolvida segundo o modelo de Bardin (2016), conjugado às recomendações internacionais para avaliação de qualidade em pesquisa qualitativa propostas por Krippendorff (2019), e organizadas por Sampaio e Lycarião (2021). Buscou-se garantir qualidade e rigor por meio de detalhamento do livro de códigos, com ênfase nas categorias analíticas qualidade social, participação e gestão democrática.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em pesquisa da UniSantos, parecer nº 7.238.316 e pela Secretaria de Municipal de Saúde de Santos, parecer nº 7.288.075.

O local da pesquisa foi a cidade de Santos, inserida na Região Metropolitana da Baixada Santista, área costeira do estado de São Paulo.

No que se refere à análise e discussão das atas, a partir da aplicação do livro de códigos, evidencia-se uma gestão participativa de caráter formal e representativo, com acentuada ênfase na organização de eventos e na prestação de contas financeiras. A participação da comunidade configura-se, predominantemente, como suporte de caráter



logístico e financeiro, em detrimento de uma atuação orientada à cogestão pedagógica crítica.

Outra lacuna relevante refere-se à dimensão da consciência crítica. As atas analisadas não registram reflexões mais aprofundadas acerca da qualidade social da educação, que envolve as desigualdades sociais e incide na trajetória escolar dos alunos.

Os resultados da aplicação do livro de códigos à análise das entrevistas evidencia na categoria gestão democrática, que o processo de interlocução não se refere as questões pedagógicas, abrangem temas relacionados à infraestrutura, à alimentação escolar e a demandas emergentes

As entrevistas revelam, ainda, uma definição de qualidade marcada por natureza multifacetada, que abrange as condições materiais e organizacionais de trabalho.

A partir da categoria de análise da participação, observa-se que o planejamento coletivo e a deliberação democrática se apresentam na aprovação do PPP, na organização do calendário escolar e na realização de eventos de caráter comunitário. Contudo, os dados indicam que, no caso do PPP, a participação da coletividade se restringe majoritariamente ao momento de apreciação e validação no âmbito do Conselho Escolar.

CONCLUSÕES

A análise empreendida ao longo deste estudo, evidencia avanços institucionais relevantes, mas também limites que tensionam a consolidação de uma cultura efetivamente democrática no cotidiano escolar.

A análise qualitativa das atas e entrevistas das dinâmicas deliberativas indicam que, embora o Conselho Escolar desempenhe papel institucional importante no âmbito da gestão democrática, as discussões empreendidas tendem a concentrar-se em questões administrativas, organizacionais e operacionais. Observa-se que temas centrais vinculados à qualidade social da educação, tais como práticas pedagógicas, processos de ensino e aprendizagem e enfrentamento das desigualdades, ainda não ocupam, de forma sistemática e aprofundada, o centro do debate colegiado.



Nesse sentido, embora o Conselho Escolar se configure como espaço potencialmente fecundo para a vivência do diálogo e para o fortalecimento da gestão democrática, a pesquisa evidencia que ainda há um percurso a ser trilhado para que tal instância avance da formalidade normativa para a efetiva problematização da qualidade da educação.

Nesse horizonte, a implementação de uma política pública que reconhece os Conselheiros Escolares como partícipes da gestão da educação, que reafirma a dimensão política do Conselho Escolar como instância de deliberação, controle social e construção compartilhada do projeto educativo, amplia as possibilidades de concretização do direito à educação como promoção de direitos humanos e de participação ativa dos sujeitos implicados na gestão educacional.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é Participação**, 6ª reimp. da 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- DOURADO, L. F. Gestão democrática e qualidade da educação: relações e mediações. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 139-160, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/w6QjW7pMDpzLrfRD5ZRkMWr/?lang=pt>. Acesso em: 23 abr. 2025.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- KRIPPENDORFF, K. **Content analysis: an introduction to its methodology**. 4 ed. Los Angeles: SAGE, 2019.
- LIMA, L. C. **Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública**. São Paulo: Cortez, 2009.
- MINAYO, M. C. S.; COSTA, A. P. Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, v. 40, p. 139-153, 2018. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6439>. Acesso em: 23 abr. 2025.
- PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2012.



SAMPAIO, R.C.; LYCARIÃO, D. **Análise de Conteúdo Categorial**: Manual de Aplicação. Brasília: ENAP, 2021. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6542>. Acesso em: 20.jun.2025

SANTOS, B. S. (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Afrontamento, 2003.

